

# MEMÓRIA OPERÁRIA E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

## Preservação ou apagamento do legado fabril em ocupações habitacionais nos subúrbios ferroviários do Rio de Janeiro

*LABOUR MEMORY AND INDUSTRIAL HERITAGE*  
*Preservation or obliteration of the factory legacy in housing*  
*squatters in the railway suburbs of Rio de Janeiro*

**Maria Paula Albernaz<sup>1</sup>,**  
**Gabriel da Silva Vidal Cid<sup>2</sup> e Gabriele de Oliveira Pinto<sup>3</sup>**

### Resumo

Este artigo visa refletir sobre o patrimônio industrial no Rio de Janeiro, baseando-se no estudo da relação entre remanescentes industriais reconvertidos para fins habitacionais e a memória operária nos subúrbios ferroviários. O foco são espaços fabris convertidos para habitação em dinâmicas protagonizadas por atores comunitários. Investiga o papel dessas reconversões a partir da discussão sobre patrimônio industrial e memória coletiva, e verificação do quadro da escassez de patrimonialização de bens industriais suburbanos e produção habitacional em políticas públicas. Abarca uma análise cartográfica e morfológica das ocupações autoconstruídas na Zona Norte do Rio de Janeiro, e uma análise etnográfica em um estudo de caso. Ao trazer memórias fragmentadas e subterrâneas e avaliar um senso de pertencimento e identidade nos seus moradores, conclui pelo potencial dessas ocupações autoconstruídas reconvertidas como expressão simultânea de preservação do legado industrial e reivindicação pelo direito à cidade mediante práticas que desafiam processos estabelecidos da ordem dominante.

Palavras-chave: patrimônio industrial, memória operária, direito à cidade, subúrbios, Rio de Janeiro.

### Abstract

*This article aims to reflect on industrial heritage in Rio de Janeiro based on the relation between industrial remnants converted into housing and the workers' memory in the railway suburbs. The focus is on former factory spaces converted into housing through dynamics led by community actors. The discussion on industrial heritage and collective memory and the background of scarcity of suburban industrial heritage and public housing production, are references to investigate the role of such reconversions. The research includes a cartographic and morphological analysis of self-built occupations in the North Zone of Rio de Janeiro, and an ethnographic analysis in a case study.*

1 Pós-doutorado na School of Architecture and Landscape, University of Sheffield. Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGG/IGEO/UFRJ. Docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB/FAU/UFRJ e Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/UFRJ.

2 Bolsista de pós-doutorado (FAPERJ - nota 10) no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

3 Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de Projetos Urbanos do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB/FAU/UFRJ.

*By bringing fragmented and hidden memories and evaluating the residents' sense of belonging and identity, concludes for the potential of these reconversions as a simultaneous expression for industrial legacy preservation and claiming for the right to the city, challenging practices of processes established by the dominant order.*

*Keywords: industrial heritage, labour memory, right to the city, suburbs, Rio de Janeiro.*

### Introdução

Este artigo visa refletir sobre o patrimônio industrial no Rio de Janeiro, tendo como referência o estudo da relação entre remanescentes industriais, a sua atual ocupação para fins habitacionais e a memória operária nos subúrbios ferroviários urbanos. Em termos dos remanescentes industriais enfocados, a ênfase é dada àqueles que tiveram os antigos espaços fabris esvaziados da função original e converteram-se em habitação através de dinâmicas protagonizadas por atores comunitários. Com base na compreensão sobre a noção de patrimônio industrial e o conceito de memória coletiva, se volta a investigar como tais reconversões para ocupação habitacional resultam em expressões simultâneas de preservar a memória operária e o legado industrial, além de reivindicar o direito à cidade, a partir de práticas sociais que desafiam processos estabelecidos e normalizados por uma ordem econômica e política dominante.

Para isso, inicialmente contextualiza o panorama atual das políticas públicas referidas ao patrimônio industrial no Rio de Janeiro, avaliando a relevância no cenário nacional do legado fabril dos subúrbios ferroviários carioca, considerando sua priorização para instalação de indústrias no período desenvolvimentista brasileiro. O artigo analisa a relevância de preservar a memória operária nesse legado, frente à escassez na sua proteção e ao usual apagamento da história das classes trabalhadoras. Parte de trabalhos anteriores voltados a compreender a memória articulada a diferentes questões presentes nas cidades (Cid, 2019, 2024; Pinto, 2024) e que consideram problemas relacionados aos remanescentes industriais nos territórios suburbanos (Albernaz, 2025).

O estudo de Nelson da Nóbrega Fernandes (2011) demonstra como a categoria subúrbio, no Rio de Janeiro, que é adotada no artigo, sofreu, ao longo do século XX uma mudança de significado ao ser construído um estigma acoplado a determinados espaços da cidade, que passam a ser marcados como lugar das classes populares e de ausências, em contraponto à cidade moderna, identificada como a região central e a Zona Sul. Em meio a debates sobre o conceito, especialmente no caso carioca, subúrbio é lido frequentemente como o conjunto de bairros servidos pela rede ferroviária<sup>4</sup>, a categoria vem sendo reposicionada como um significante político e explicativo de desigualdades, na positivação de certa identidade que disputa o direito a ser valorizada culturalmente na cidade (Carneiro, 2021).

Como referencial para discutir o patrimônio cultural e a memória operária, aciona-se estudos que vêm chamando a atenção para a complexidade no processo de lembrar e esquecer no fazer social, trazendo como contribuição pensar as cidades e o território entrelaçados ao tema da memória. A proposta como recurso analítico no artigo é entender *memória* como uma camada a mais para refletir sobre a cidade, em concordância à prioridade dada nas últimas décadas às disputas ao avaliar demandas pela patrimonialização, seja no reconhecimento sobre desigualdades e violências

4 Sobre o conceito de subúrbio no contexto carioca e debates mais contemporâneos, ver, além de Fernandes (2011), Araújo e Davies (2022), Bernardes e Soares (1990), Carneiro e Mattoso (2023), Cid, Peixoto e Pio (2024), Fernandes e Oliveira (2010); Guimarães e Davies (2018), Santos, Mattoso e Guilhaon (2019).



históricas, seja por necessidade de reparação.

Na sequência, o artigo analisa a insuficiência histórica de políticas habitacionais para atender às necessidades de reprodução da classe trabalhadora com um vertiginoso aumento nos subúrbios ferroviários do Rio de Janeiro desde meados do século XX (Abreu, 1987). Avalia como a falta de moradia acabou resultando na expressiva produção de assentamentos de autoconstruídos nos territórios priorizados para industrialização como um modo de resistência e luta pelos direitos à cidade. A partir do final dos anos 1970 com as crescentes dinâmicas de desativação das fábricas decorrente do processo de desindustrialização na Zona Norte da cidade, a reivindicação por moradia se expandiu com a ocupação não só dos assentamentos existentes, mas a reconversão em habitação de antigos estabelecimentos fabris.

A principal referência para refletir sobre o direito à cidade é Henri Lefebvre (2001 [1968]), criador da expressão adotada até hoje em contextos diversos, ao se discorrer sobre a pauta reivindicatória de direito da classe trabalhadora às benfeitorias e oportunidades que a cidade oferece. O autor é também referencial para lidar com as ocupações autoconstruídas, por abrir a perspectiva para se pensar em práticas socioespaciais como fissuras que permitem produzir lugares do possível, espaços nos quais estão impressas uma luta e a efetivação do direito à vida urbana (Lefebvre, 1991 [1974]).

Por fim, o artigo, apresenta os resultados da pesquisa empírica acerca da reconversão de remanescentes industriais para ocupação habitacional, investigando o quanto a memória social ligada à história da classe trabalhadora ainda está presente e como se tornou possível habitar nos espaços de antigos estabelecimentos. A abordagem do objeto da pesquisa se dá em duas escalas de investigação: uma mais abrangente, que pode ser considerada a escala local, abarcando os subúrbios ferroviários da Zona Norte do Rio de Janeiro; e uma mais aproximada, identificada com a escala microlocal, na qual é escolhido um estudo de caso.

O recorte territorial adotado na escala mais abrangente engloba os bairros localizados ao longo dos ramais ferroviários pertencentes à Área de Planejamento 3 - AP3 (ver Figura 1), onde reside cerca de um terço da população da cidade do Rio de Janeiro<sup>5</sup>. Justifica-se a escolha do recorte pela pioneira concentração de significativos parques industriais da cidade no período auge da industrialização nacional. O crescimento urbano dessa região que havia sido impulsionado pela presença das estações ferroviárias aumentou com a expansão fabril (ABREU, 1987). Nesta escala de investigação, entrecruza-se uma análise cartográfica com uma análise morfológica, ressaltando-se as especificidades relacionadas à localização e à caracterização tipomorfológica (Rossi, 1983 [1966]) das ocupações autoconstruídas encontradas.

A escolha do estudo de caso, investigado na escala mais aproximada, se deu a partir da identificação das ocupações autoconstruídas associadas à reconversão de remanescentes industriais situados nos subúrbios da Zona Norte do Rio de Janeiro. Na sua investigação adotou-se uma abordagem etnográfica, por proporcionar uma compreensão detalhada de processos e práticas empregados nas reconversões para habitação e suas implicações para uma reflexão sobre a memória operária.

5 A cidade do Rio de Janeiro se divide administrativamente em Áreas de Planejamento, sendo que a Área de Planejamento 3, ao norte, possui 80 bairros de um total de 160. PCRJ/IPP. *Data.Rio*. Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs\\_Mapa](https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs_Mapa). Acesso em: 4 fev. 2025.



A justificativa do artigo diz respeito tanto ao reforço na discussão sobre a complexa interação entre história, espaço, sociedade e memória, quanto à inserção no debate inovador sobre o reconhecimento e a proteção do patrimônio industrial do ponto de vista do trabalhador, revertendo o protagonismo usualmente dado ao empreendimento. Também se ressaltava a contribuição em torno da resistência e das lutas da classe operária, associadas a uma prática socioespacial que enfatiza a disputa territorial entre a ordem hegemônica e contra hegemônica na cidade do Rio de Janeiro.

## Patrimônio industrial no Rio de Janeiro – memória operária e subúrbio ferroviário

Considera-se patrimônio cultural o conjunto de bens consagrados, na expressão típica da área, em políticas públicas, especialmente por medidas tomadas pelo executivo<sup>6</sup>. O marco inicial dessas políticas no Brasil é o decreto-lei nº 25 de 1937<sup>7</sup>, instituído no governo de Getúlio Vargas, a partir da percepção da necessidade de preservar e construir uma narrativa do passado da nação na qual se observava um processo de modernização, com a urbanização e a industrialização acelerada. Neste momento, se consolida uma perspectiva que organiza uma política patrimonial que encaixa o Brasil em certa história universal, e tem seu lugar marcado pela experiência colonial em diálogo com a valorização de um determinado projeto do que se considera *moderno* (Rubino, 1996).

6 Há vasta literatura sobre o tema, atribuindo o início da patrimonialização às políticas voltadas à proteção de bens em nome do interesse coletivo por ato administrativo, logo após a Revolução Francesa, frente ao risco pelas transformações sociais e políticas da época (Choay, 2001 [1992]; Poulout, 2011 [2006]). Sobre o caso brasileiro, ver Gonçalves (2002 [1996]) e Chuva (2009).

7 O marco seguinte é a Constituição de 1988, cujos artigos 215 e 216 estabelecem o Estado brasileiro responsável por manter seu patrimônio cultural, o descrevendo como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.



A política implementada constrói uma história para a nação, com um caráter de exaltação, excluindo setores da população e regiões no que cabe investir ações de acautelamento. Essa perspectiva encapsula a narrativa do passado privilegiando algumas referências em detrimento de outras. Quando se atenta para o conceito de patrimônio industrial, nesta operação de encapsulamento, valorização ou ocultamento de determinados temas ou setores sociais, fica nítido o silenciamento, sobretudo, da organização da classe trabalhadora e de aspectos da sua relação com a morfologia da cidade, no processo de industrialização.

Um conceito caro aos estudos sobre o patrimônio é o de *lugares de memória*, como discutido pelo historiador Pierre Nora (1984). Nesta concepção a eleição de determinados objetos como símbolos de um tempo pretérito passam pela exigência em construir uma memória através de ações coordenadas, uma vez que os mecanismos tradicionais de transmissão não mais existem, na contemporaneidade. Esses lugares de memória são compreendidos como signos que guardam o passado das coletividades. Neste sentido, a existência de um patrimônio industrial deveria refletir uma intenção coletiva de lembrar de certa organização socioespacial voltada para produção, mediante determinada organização das classes trabalhadora e patronal, representante de categorias sociais e seus vínculos identitários. Simultaneamente, deveria narrar a produção da cidade vinculada aos interesses dessas categorias, rebatida em uma organização territorial e condizente com um planejamento estatal.

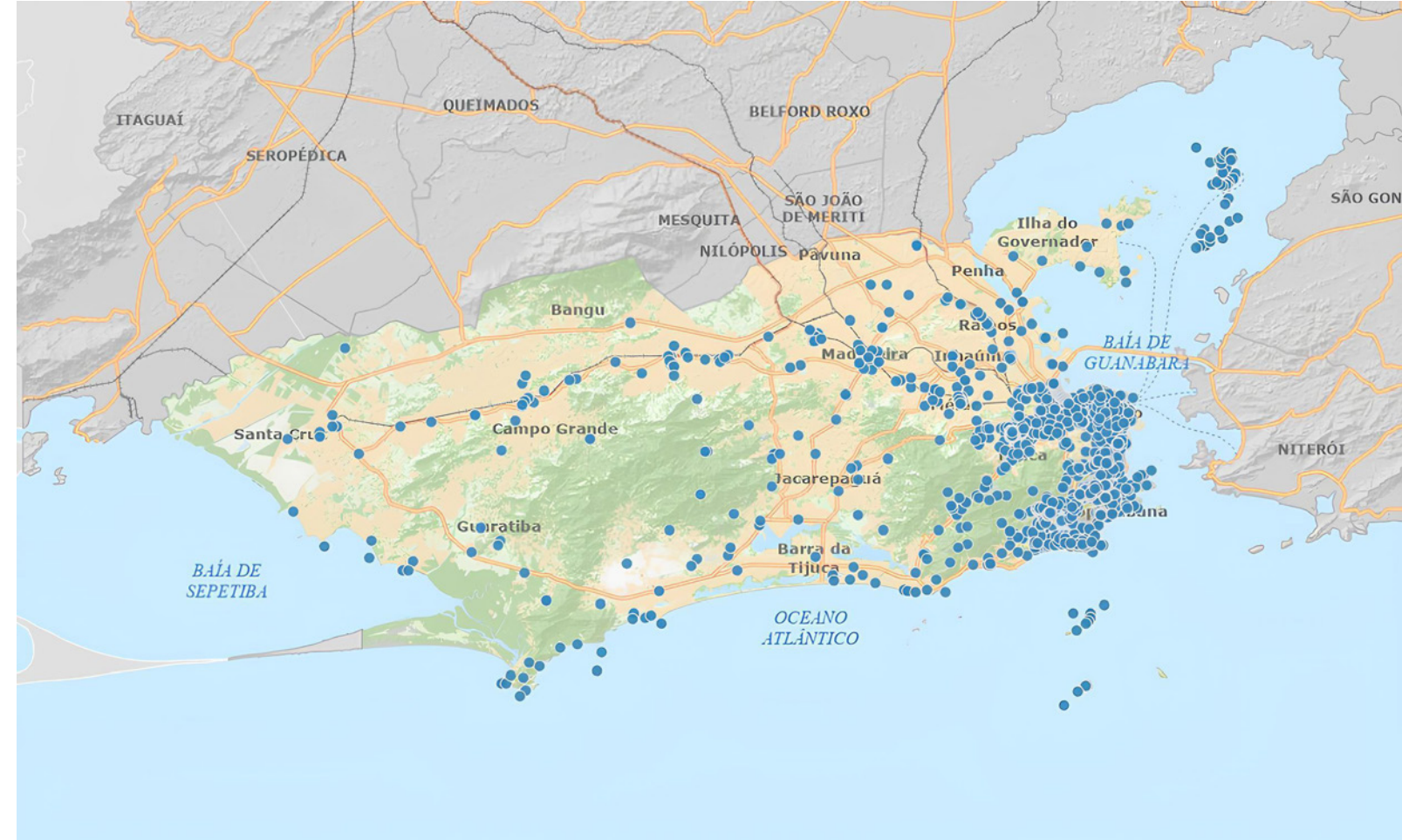
A preocupação com a preservação de remanescentes industriais é relativamente recente, sendo observada sobretudo a partir dos anos 1960 (Rufinoni, 2020). Observa-se o aumento desse interesse em documentos internacionais como a Carta de Veneza de 1964, e a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Mais recentemente, novos documentos vêm estabelecendo diretrizes para o patrimônio industrial, como a Carta de Nizhny Tagil de 2003, e os Princípios de Dublin de 2011. Nas definições que se ampliam e complexificam-se a cada documento produzido, observa-se a atenção dada aos vestígios que

englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TICCIH, 2003 *apud* Rufinoni, 2020, p. 234)

Vale destacar que em sintonia com revisões e ampliações realizadas nos instrumentos voltados às políticas para o patrimônio cultural<sup>8</sup>, atualmente se considera também a dimensão imaterial vinculada ao patrimônio industrial (TICCIH, 2011 *apud* Rufinoni, 2020).

Embora o órgão federal possua liderança institucional na organização das políticas de patrimônio no Brasil, entende-se que as esferas federal, estadual e municipal devem atuar como um sistema. Desde a década de 1960, com o fortalecimento da parceria da UNESCO com o Brasil, há encaminhamentos para descentralizar políticas de patrimônio (Motta, 2017). A Constituição de 1988 municipaliza obrigações federais, sendo em 2005 criado pelo Governo Federal, o Sistema Nacional de Cultura e, em

8 Nas últimas décadas do século XX, críticas à ausência de grupos sociais subalternizados em políticas do patrimônio cultural geraram propostas de revisão do escopo e criação de instrumentos voltados a temas ou bens tratados como intangíveis ou imateriais, cujos marcos legais no Brasil são: o Decreto-lei 3.551/2000 e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.



2006, o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, ainda pouco efetivo (Arruda, 2014). Não obstante haja crescente interesse no patrimônio industrial no âmbito científico<sup>9</sup>, há pouca atenção às políticas para esta categoria no Brasil. Ao consultar as listas disponibilizadas pelos respectivos órgãos federal - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan<sup>10</sup>, estadual - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC<sup>11</sup> e municipal - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH<sup>12</sup>, a categoria *patrimônio industrial* sequer figura como uma das classificações propostas. Além disso, há um reduzido número de bens tombados concernentes ao patrimônio industrial na cidade do Rio de Janeiro, considerando as três esferas de proteção cultural.

Informações disponibilizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro dão conta de um total de 2.388 bens tombados na cidade do Rio de Janeiro, distribuídos conforme Figura 2, dos quais apenas 14, podem ser lidos como patrimônio industrial. Há um bem tombado pelo órgão federal: a Casa da Moeda, além da casa de propriedade da antiga Companhia Progresso Industrial Brasil - Fábrica Bangu, dos bens móveis integrantes do acervo histórico da Cervejaria Brahma e da antiga Usina de Bondes em Guaratiba, em processos de instrução ou indeferidos. Há três bens tombados pelo órgão estadual: a antiga Fábrica de Gás - Companhia Estadual de Gás; a Fundação Progresso, antiga fábrica de cofres e fogões, e o antigo armazém da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, todos situados na região central da cidade. Há 10 bens tombados na esfera

9 Como exemplo a criação do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil) em 2003. TICCIH – Brasil - Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial, c2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/>. Acesso em: 11 de fev. 2025.

10 Ver IPHAN. *Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em outubro/2024)*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/base%20de%20dados%20site%20outubro.xls>.

11 Ver Governo do Rio de Janeiro/ INEPAC. *Lista de Bens Tombados*. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/32/0>. Acesso em: 13 fev. 2025.

12 Ver PCRJ/IRPH. *Listagem de Bens Tombados Municipais*. Disponível em: <https://irph.prefeitura.rio/bens-tombados/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

Figura 2 - Bens tombados na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: PCRJ/IPP. Data: Rio. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.data.rio/datasets/PCRJ-bens-tombados/explore>. Acesso em: 4 fev. 2025.

municipal: a fábrica da Companhia de Fiação Confiança, em Vila Isabel; da Vila Operária, na Cidade Nova; da Vila Operária da Gamboa; da Vila Operária no Jardim Botânico; o Matadouro Industrial de Santa Cruz; o conjunto industrial da Hanseática-Brahma; a Fábrica de Cartuchos do Exército; a Fábrica Bangu; a Fábrica de Chocolates Bhering; e a Fábrica de Tecidos Nova América. Cabe afirmar que é relevante o silenciamento dado a esta categoria no território da cidade do Rio de Janeiro.

Ao verificar a localização dos bens tombados, a Figura 2 também nos revela a disparidade de representação dos ditos lugares de memória na cidade do Rio de Janeiro, com grande concentração dos bens tombados na Zona Sul e Área Central, frente à escassez nas zonas Norte e Oeste, incluindo na Zona Norte a referida Área de Planejamento 3, recorte deste estudo. Nesta área contabiliza-se um total de 118 bens tombados, o que não corresponde a 5% do total de 2.388, embora a região concentre o equivalente a 38% da população da cidade<sup>13</sup>, sendo que o único patrimônio industrial tombado, incluindo o seu entorno, é a antiga Fábrica de Tecidos Nova América, no bairro Del Castilho, imóvel que atualmente abriga um *shopping center*.

### Ocupações/reconversões como direito à cidade

Os anos 1950 foram marcados por grandes migrações para as duas maiores metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo, que tiveram um aumento surpreendente de suas populações. Grande parte dessa população que buscava melhores condições de vida, fugindo das agruras em áreas rurais nordestinas desassistidas nas políticas públicas, foi atraída pela crescente industrialização direcionada a essas cidades (Toniatti, 1976; Wagner; Ward, 1980). Assim, entre os anos 1950 e 1970, a cidade de São Paulo teve a sua população praticamente triplicada, passando de pouco mais de 2 milhões de habitantes para quase 6 milhões, enquanto no Rio de Janeiro a sua população quase duplicou (IBGE, 1950, 1970). O maior aumento demográfico nesta última cidade ocorreu justamente nos subúrbios ferroviários da Zona Norte, priorizados para a instalação fabril desde as primeiras décadas do século XX (Abreu, 1987).

Apesar do reconhecimento do papel do Estado, sobretudo a partir dos anos 1940, como incentivador e produtor de moradias para as camadas da população com dificuldades de acesso ao mercado fundiário e imobiliário (Bonduki, 2017), as diferentes iniciativas governamentais, realizadas principalmente no Rio de Janeiro, foram inexpressivas se comparadas às reais demandas por habitação. Nos subúrbios ferroviários, esta enorme defasagem associada ao crescimento da população em decorrência do processo de industrialização acabou acarretando o surgimento e disseminação de favelas (Silva, 2005). Um dos exemplos mais emblemático da favelização relacionada ao mundo fabril suburbano é o Complexo do Jacaré, cujo intenso aumento se deveu às ocupações autoconstruídas para moradia pelos operários da antiga e adjacente fábrica de lâmpadas General Electric, onde residiam líderes sindicais ao longo do período auge da industrialização (Silva, 2008).

Em finais dos anos 1970, iniciou-se um movimento crescente de desindustrialização decorrente da reorientação das políticas econômicas nos âmbitos mundial e nacional, que se voltaram para a abertura do mercado ao exterior e a redução do Estado na economia (Ramonet, 1998; Slater, 2011; Solimano, 1998). Essas medidas foram agravadas por dificuldades econômicas externas e internas, que até os anos 1990

só tenderia a acentuar nos subúrbios ferroviários da Zona Norte do Rio de Janeiro (Albernaz, 2025). Muitos estabelecimentos industriais foram fechados ou tiveram as atividades produtivas restringidas, levando ao abandono de lotes fabris, às dificuldades financeiras da população e grande impacto urbano (Silva, 2008).

A partir do fechamento dos estabelecimentos fabris suburbanos principiou-se a reconversão de remanescentes industriais, com a reintegração funcional destes imóveis ao tecido urbano mediante sua reutilização para novos usos, abrangendo desde o setor industrial, o comércio e serviços e o institucional, ao residencial. A reconversão das fábricas esvaziadas se deu inicialmente nos antigos estabelecimentos industriais favorecidos por intervenções urbanísticas no seu entorno. Tais reconversões associavam-se principalmente à lógica dos negócios, pela introdução de *shopping centers*, depósitos ou lojas atacadistas. Gradualmente, surgiram outros aproveitamentos dos espaços fabris esvaziados da função original, com a sua apropriação para fins religiosos, de moradia ou comércio e serviços informais.

Dentre as novas ocupações de antigas fábricas nos subúrbios ferroviários da Zona Norte do Rio de Janeiro sobressaem aquelas voltadas para habitação (Albernaz; Alves; Pinto, 2024), que podem ser subdivididas em três categorias. As referências para essa subdivisão são: (a) os agentes responsáveis pela intervenção; os produtos resultantes; (c) os processos adotados na reconversão. Na primeira categoria de reconversão para habitação encontram-se as que associam agentes públicos e privados na produção de moradias voltadas para distintas camadas da população, cabendo aos agentes públicos, o financiamento e a regulamentação; e aos privados, a incorporação e mercantilização. Os condomínios residenciais provenientes do programa habitacional governamental Minha Casa Minha Vida são exemplos recentes dessa categoria de reconversão para habitação (Santo Amore; Shimbo; Rufino, 2015).

Na reconversão de remanescentes industriais para constituir condomínios residenciais chama a atenção o total apagamento da história fabril nos subúrbios nos quais ocorre, por conta da demolição dos resquícios materiais dos estabelecimentos industriais, restando frequentemente somente a divisão original do lote. Ao serem introduzidos, os condomínios residenciais trazem ainda para o contexto territorial, o risco de gentrificação, com a usual valorização do solo. Além disso, consequentemente, há alterações dos valores identitários locais (Alves, 2024).

A segunda categoria de reconversão dos remanescentes industriais para habitação trata-se em geral de uma iniciativa protagonizada pelo poder público para produção de conjuntos habitacionais destinados a camadas de menor renda da população, especialmente as que se encontram em situação de risco do ponto de vista da provisão de moradia. Neste âmbito, a atuação do Estado se deu principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do governo federal, lançado em 2007, destacando nos subúrbios ferroviários da Zona Norte do Rio de Janeiro, ações relacionadas às políticas habitacionais da segunda fase do PAC, preparatórias para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Na região ferroviária da Zona Norte suburbana, as intervenções nessa segunda categoria de reconversão de remanescentes industriais situam-se nas bordas de dois grandes complexos de favelas: Manguinhos e Alemão. Ocorreram em grandes lotes que haviam perdido a função original, resultando em obras de infraestrutura, construção de equipamentos públicos e conjuntos habitacionais. Trata-se de intervenções percebidas como atuações do Estado contraditórias e complexas. Em termos morfológicos, há uma crítica positiva referente à integração com as favelas vizinhas (Lima, 2018). Em relação ao processo de implementação, são criticadas negativamente tanto pela adoção dos princípios neoliberais, quanto por seguir um modelo populista (Jardim; Silva, 2015),

<sup>13</sup> Ver População residente, segundo Áreas de Planejamento (AP) e Regiões Administrativas (RA), em 2010. PCRJ/IPP. Data.Rio. Disponível em: <https://www.data.rio/documents/6608f60b6b9741b5998fc4fd5e6a7e14/about>. Acesso em: 14 fev. 2024.



ou pela “falta de transparência pública, ausência de participação social efetiva e uso eleitoreiro das obras” (Lima, 2018).

Mesmo em grande parte direcionadas à população removida já residente nas áreas próximas, como nos mencionados condomínios residenciais, na materialização para constituir novas moradias, excluem-se integralmente os vestígios do passado fabril nos remanescentes industriais enquadrados nessa segunda categoria. Prevalece o intuito de otimizar o empreendimento imobiliário, mesmo se apagando integralmente valores culturais e de referência da memória operária.

Naterceiracategoriadereconversãoparahabitaçãoestãoasocupaçõesautoconstruídas, resultantes de apropriação gradual das estruturas dos remanescentes industriais, em grande parte, galpões abandonados. Estas apropriações se dão inicialmente por um pequeno número de famílias, alguns antigos ou atuais operários de fábricas, ao qual se agregam indivíduos ou outros pequenos grupos, criando um espaço de moradia (Pinto, 2024). Enfrentando condições precárias, as ocupações autoconstruídas refletem tanto a necessidade de habitar em áreas urbanas melhores infraestruturadas e próximas a postos de trabalho, quanto a falta de políticas responsivas à demanda habitacional de populações socioeconomicamente vulneráveis. Constituem espaços de luta e resistência, de grupos ou indivíduos, organizados em coletivos ou não, pertencentes ou não ao mundo fabril, que reivindicam seu direito à cidade através da recusa ao afastamento de benefícios e oportunidades oferecidos pela cidade. Tal situação se faz em meio ao risco constante de remoção, e da pressão por condições mais adequadas de habitação, considerando que são também espaços de precariedade, por falta ou inadequação de condições básicas.

Harvey (2014, p.30) aponta ainda que reivindicar o direito à cidade significa também requerer o poder configurador sobre os processos de urbanização – “o modo como nossas cidades são feitas e refeitas”, como ocorre nas ocupações autoconstruídas. Pode-se entender nestas ocupações, como no estudo de Holston (2013) sobre autoconstruções na periferia de São Paulo, a efetivação de uma cidadania<sup>14</sup> de outro tipo. O autor interpreta o fenômeno da autoconstrução em meio a organização de uma “cidadania insurgente”, em contraposição ao que chama de “cidadania entrincheirada” que naturaliza diferenças. Holston (2013) afirma que o acesso à moradia, ainda que via a autoconstrução e por vezes em processos transversais, é uma experiência de cidadania na medida em que favorece sentimentos de pertencimento e de uso da cidade, mesmo considerando a reprodução de desigualdades históricas.

Assim, nessa terceira categoria de reconversão de remanescentes industriais para habitação, cabe o pensamento atualizado para os subúrbios ferroviários cariocas, do direito à cidade. Essa expressão concebida originalmente por Henri Lefebvre (2001 [1968]) no contexto da ebulição política e social dos anos 1960, na Europa, direcionada à classe operária, traz à discussão os efeitos da industrialização enquanto componente de uma outra produção urbana, criadora de segregação e favelização. Em se tratando da realidade brasileira, e do contexto específico dos subúrbios ferroviários, podemos tratar da classe operária, próxima à compreensão de Kowarick (2017 [2000]) que a identifica como aquela composta por grupos distintos de trabalhadores que estabelecem suas vivências em territórios dos quais se sentem pertencentes, e onde trajetórias e conjunturas de conflitos e reivindicações acabam promovendo uma sociabilidade de vizinhança coletiva.

<sup>14</sup> Pode-se pensar o debate em torno da noção de cidadania como um conjunto de direitos institucionalizados e relacionados a uma experiência de pertencimento, sendo a ideia Estado-nação uma categoria forte nessa definição (Gurza Lavallo, 2003). No que cabe à discussão sobre memória, a noção de “cidadania cultural” se tornou chave de análise a partir da contribuição de Chauí (1989).



### Ocupar/reconverter - memórias subterrâneas e insurgências<sup>15</sup>

No recorte territorial em escala mais abrangente correspondente aos subúrbios ferroviários da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, foram identificadas cinco ocupações autoconstruídas para habitação decorrentes de reconversões de estabelecimentos fabris. Nessas reconversões chamadas Embratel, Borgauto, Nova Vida, Gretisa e Silva Pedrosa, identificadas por meio de análises bibliográficas, imagens de satélite e notícias de jornais (ver Figura 3), até hoje prevalece o uso para moradia. Todas essas cinco ocupações, que tiveram a autoconstrução para moradia iniciada na primeira década dos anos 2000, possuem atributos semelhantes de integração ao contexto local. Situam-se próximas a grandes favelas consolidadas, das quais se apresentam como uma expansão e de onde provêm parte dos ocupantes, e por isso, recebem a denominação de “favelas fabris” (Rocha, 2016). Igualmente contam com acesso facilitado a infraestruturas de mobilidade urbana, como estações de trem e metrô ou importantes eixos viários, transformando, pela ocupação, espaços abandonados em oportunidades habitacionais.

Dentre essas ocupações autoconstruídas, a Embratel, também conhecida como Samora II, é remanescente de uma maior, iniciada em 2003, em terreno ocioso de 28 mil metros quadrados localizado na Rua Leopoldo Bulhões, junto ao Complexo de Manguinhos, originalmente ocupado por antiga estação de telefonia denominada Companhia Telefônica Brasileira, que, encampada pelo governo federal, passou a ser chamada na década de 1960, Empresa Brasileira de Telecomunicações - Embratel. Entre 2010 e 2018, as ocupações Nova Era/Embratel II e Mandela de Pedra que compartilhavam o mesmo terreno, foram removidas para a construção de conjuntos habitacionais.

<sup>15</sup> As informações discutidas neste tópico foram apresentadas em Pinto (2024).



A Borgauto, ou Avenida Brasil, situada no bairro de Ramos, é uma ocupação autoconstruída em terreno de 17 mil metros quadrados da antiga fábrica de peças automotivas Borgauto que encerrou suas atividades em 1996. Acredita-se que a ocupação iniciada entre os anos de 2000 e 2004, abriga cerca de 1.600 residentes, muitos provenientes de favelas vizinhas (Teixeira, 2020).

A ocupação autoconstruída Nova Vida, ou Parmalat, está instalada nas antigas dependências da fábrica de laticínios Parmalat, que encerrou as atividades no estabelecimento em 1999. Com 42 mil metros quadrados, a ocupação ocorreu entre 2005 e 2008 e abriga hoje aproximadamente 900 famílias, muitas delas originárias da Favela de Acari. Localizada junto ao Complexo de Acari, a ocupação se beneficia da proximidade com a Avenida Brasil, a maior rodovia urbana do Rio de Janeiro, além de estar próxima às estações de trem e de metrô Acari/Fazenda Botafogo.

A Gretisa, inserida na favela Águia de Ouro, no bairro de Inhaúma, na Zona Norte do Rio de Janeiro, ocupa instalações de uma antiga fábrica de papéis. Margeada pela Linha Amarela, um dos corredores expressos que liga a região da Barra da Tijuca à Zona Norte, e pela Avenida Martin Luther King, importante eixo viário de interligação de bairros suburbanos, a ocupação está próxima às estações de trem e de metrô de Del Castilho. Acredita-se que tenha surgido entre 2000 e 2004, aproveitando edificações e áreas livres abandonadas do antigo estabelecimento.

Por fim, a ocupação da Silva Pedroza, localizada no bairro de Del Castilho, teve início por volta de 2005 em antiga fábrica há anos fechada e abandonada que no passado se destacou pela produção de tampas metálicas para garrafas. O antigo estabelecimento foi fundado durante a década de 1930, integrando o que viria a ser um importante polo industrial na bacia do Rio Faria-Timbó, pela presença de muitas fábricas que contribuíram com a geração de empregos na região.

Hoje, a ocupação da Silva Pedroza situa-se próxima à ocupação Gretisa, mencionada anteriormente, porém do lado oposto da também citada Linha Amarela, e é contígua à Favela do Guarda e vizinha de outras fábricas também desativadas. O antigo polo industrial, no qual fazia parte o antigo estabelecimento fabril onde atualmente se assenta a ocupação Silva Pedroza, integrava, além da Fábrica Nova América, reconvertida em *shopping center*, a confecção de malhas Zarkos, a fábrica de alimentos Adria, a indústria de parafusos Metaluz, a fábrica de concreto e aço Queiroz Galvão e a fábrica de garrafas térmicas Aladdin, todas desativadas. No entorno, bastante alterado pelas mudanças funcionais, encontram-se muitos estabelecimentos de ensino público e um equipamento de saúde, inaugurado no âmbito do programa municipal *Clínica da Família*, em 2012.

A ocupação autoconstruída da Silva Pedroza foi a escolhida para uma análise qualitativa sobre a relação entre as reconversões de remanescentes industriais para habitação e a memória operária. Foram realizadas oito entrevistas em junho de 2024 com moradores da própria ocupação e da vizinha Favela do Guarda, de onde alguns dos seus ocupantes se originaram, trazendo à tona informações inéditas sobre a antiga fábrica e o processo de ocupação que transformou seu espaço produtivo em habitação. As primeiras entrevistas ocorreram com moradores escolhidos de acordo com a disponibilidade, realizadas na calçada, à frente de suas residências. Posteriormente partiu-se para entrevistar outro grupo de pessoas indicadas pelos primeiros. As perguntas abertas seguiram um roteiro que buscava a história da formação da região e da ocupação, e informações sobre os descendentes de ex-funcionários das fábricas da região. As entrevistas foram essenciais para complementar as análises morfológicas que enfocaram a integração da ocupação autoconstruída com seu contexto, e tipológicas, referentes às espacialidades resultantes da ocupação, a partir dos levantamentos e

registros do campo.

Os moradores da Favela do Guarda e da Ocupação da Silva Pedroza entrevistados possuem temporalidades variadas de residência nesses assentamentos: alguns nasceram na região suburbana, enquanto outros residem há não mais de cinco anos. O mais jovem dos entrevistados, com 24 anos, conhece uma das figuras centrais na organização da ocupação autoconstruída por meio das memórias transmitidas por sua mãe. O mais velho, de 69 anos, foi operário em diversas fábricas do polo industrial local. Os que viveram sua infância nos arredores da fábrica se lembram do ir e vir de funcionários e caminhões. Todos os entrevistados conheciam o passado fabril do espaço ocupado e adjacências, citando nomes de fábricas e a natureza da produção.

As entrevistas revelaram principalmente um panorama diverso de memórias e percepções, sobre a antiga fábrica Silva Pedroza. As narrativas de Matheus, morador local desde o nascimento, e Tomás, recentemente estabelecido, ilustram as lembranças da fábrica presentes no imaginário dos residentes. Francisca, que há cinco anos trocou a ocupação da Gretisa, pela Ocupação da Silva Pedroza, para construir sua casa, conhece bem a história local. Ela, assim como Tomás, citou o papel central de um dos principais organizadores da ocupação: o Senhor Teobaldo, um importante líder comunitário, ainda considerado, mesmo depois de tantos anos. Kátia, que se mudou para a ocupação mais recentemente, comentou sobre a tranquilidade e a sua boa localização, embora apontasse a pouca discussão da história da fábrica no seu cotidiano. Lucas e Antônio, ambos com vínculos mais profundos e experiências diretas com o passado industrial, ofereceram detalhes sobre o funcionamento e a influência da fábrica na vida local, destacando a persistência das lembranças da história da vida operária e do impacto do encerramento das atividades do estabelecimento fabril.

Em conjunto, os relatos dos entrevistados possibilitam não só a compreensão da formação e perspectivas da população atual das ocupações autoconstruídas, mas também sobre o passado fabril. Fornecem um mosaico da história do trabalho industrial no período desenvolvimentista no país, percebido e transmitido através das lembranças sobre o funcionamento de muitas das antigas fábricas do polo industrial suburbano do Rio de Janeiro. Nas falas, foi usual surgirem especificidades pouco ditas, como a de que além de tampas metálicas para garrafas, a antiga fábrica Silva Pedroza também produzia colchões. Outras memórias dão conta de que cada uma de suas seis repartições - identificadas em análises de imagens de satélite de 2003 - era dedicada a diferentes produtos, permitindo uma reflexão sobre detalhes dos modos de produção da indústria nacional.

O cotidiano do processo industrial, marcado pela intensidade das atividades da fábrica Silva Pedroza, surgiu nos relatos das entrevistas. Informações como a de que as operações da fábrica ocorriam em turnos de seis horas, totalizando um ciclo contínuo de 24 horas por dia, também indicam a relevância do funcionamento fabril para o ambiente no seu entorno. As memórias dos moradores refletem o passado das relações entre a fábrica e os moradores na vizinhança, ao pontuarem os impactos do movimento incessante de grandes caminhões que utilizavam entradas de acesso nas ruas João Mena Barreto e Capitão Sampaio que circundavam o terreno da fábrica. Os relatos descreveram detalhes do dia-a-dia, como o de que alguns dos veículos eram tão altos que, ao passarem, rompiam fios elétricos suspensos entre os postes, provocando interrupções no fornecimento de energia na Favela do Guarda.

Nas falas dos entrevistados foi comum a percepção de que a antiga fábrica Silva Pedroza, assim como outras da região, simbolizavam riqueza e poder. Nas narrativas, foi ressaltado que as *firmas* eram milionárias e multinacionais, exercendo forte influência sobre a economia nacional e o estilo de vida da população local. Esse status

de riqueza e prestígio se revelava não apenas na infraestrutura robusta das fábricas, mas também no constante tráfego de veículos e na intensidade da atividade industrial. Um entrevistado, em especial, recordou com nostalgia o impacto positivo dessas indústrias, que ofereciam emprego e geravam renda, trazendo prosperidade para a região e seus moradores.

Para os entrevistados, a transição de gestão para os filhos dos proprietários foi um dos principais fatores que levou a uma administração menos eficaz e contribuiu para o declínio crescente das operações da fábrica Silva Pedroza. O contexto mais abrangente de mudanças estruturais e econômicas que desestabilizaram a indústria no nível nacional a partir da década de 1980, e particularidades como a transferência de indústrias da Zona Norte para a Zona Oeste da cidade, foram pouco referenciadas no panorama das dificuldades enfrentadas que resultaram no seu fechamento.

De acordo com os relatos dos moradores, acredita-se que a fábrica tenha encerrado suas atividades entre 1990 e 1995. Esse fechamento deixou um vácuo econômico e social na população local, eliminando uma fonte crucial de empregos e renda. Com o esvaziamento da produção fabril, a população ocupou as instalações abandonadas da fábrica, convertendo-as em moradias e adaptando o espaço para suas necessidades. A Ocupação da Silva Pedroza passou a se destacar na paisagem do subúrbio de Del Castilho, imponente e inescapável à visão dos que passam por ela (Figura 4). Os traços remanescentes da antiga fábrica Silva Pedroza, especialmente a monumental caixa d'água com o nome *Pedroza* inscrito, e os altos muros agora entrelaçados aos tijolos cerâmicos das casas, internas e externas aos limites da antiga fábrica, tornaram-se um marco visual que atrai olhares e suscita questionamentos, revelando uma fusão intrigante entre o passado industrial e o presente habitacional. Os elementos fabris e habitacionais não apenas capturam o olhar, mas também evocam a história de uma transformação significativa, da produção industrial à residencial. Como cicatrizes no tecido urbano, revelam uma história mais complexa, que inclui disputas em torno da organização do território.

É sobretudo nas lembranças e nos relatos dos moradores da Ocupação da Silva Pedroza e da Favela do Guarda, que se torna possível aprofundar na reminiscência desse mundo fabril, contribuindo para a preservação e transmissão da memória operária. As narrativas feitas mostram a relevância da presença dos moradores da Ocupação da Silva Pedroza e da Favela do Guarda para reconstruir a história da antiga fábrica Silva Pedroza e entender como o mundo fabril persiste na memória local. Sua existência e a memória compartilhada permitem ampliar o alcance do imaginário acerca do auge do período industrial nacional e investigar como sua história pode ser contada. Além disso, as memórias não apenas recuperam aspectos esquecidos da fábrica, mas também revelam como os ecos do passado industrial continuam a influenciar o presente.

O trabalho de Michael Pollak (1989) complexifica os debates em torno da memória coletiva ao afirmar a existência de memórias subterrâneas em oposição à *memória oficial* — aquela registrada e disseminada formalmente. Sua reflexão permite compreender como por razões de dor, traumas e resistências social ou política, algumas memórias permanecem reprimidas e marginalizadas. Estas memórias são silenciosamente compartilhadas, especialmente em ambientes privados, até que os tabus que as mantém soterradas sejam superados. A fala de Antônio sobre “o que eu vi e o que eu não vi”, quando descreveu o processo de ocupação da antiga fábrica Silva Pedroza, remete às memórias subterrâneas, ao revelar apenas uma *vontade de lembrar* como inerente ao ato de residir. Sua hesitação como de alguns outros entrevistados, suscita reflexões acerca da existência de memórias silenciadas que não são compartilhadas fora de suas redes de confiança, e sobre as razões do receio.



Como exemplo, quando um dos entrevistados tratou do período pós-fechamento da fábrica, marcado por conflitos violentos, a narrativa revelou omissões. A evasão dos detalhes leva a pensar no desconforto ao tratar da gravidade dos acontecimentos.

A construção da memória coletiva é sempre um ato que se dá no presente. Neste sentido, é necessário considerar as tensões atuais no território. A hesitação em abordar tópicos como o poder de grupos armados de milícias e tráfico de drogas, sugere que as pressões e o medo da violência também influenciam no silêncio em torno de memórias da fábrica e da ocupação. Alguns dos entrevistados manifestaram desconfiança e temor em relação às consequências de se exporem. Em um dos casos, a entrevista só foi possível após algum tempo de contato e com a mediação de uma pessoa. A entrevista ocorreu após o esclarecimento reiterado de que o objetivo era exclusivamente explorar a história da antiga fábrica, de modo que temas relacionados à milícia, ao tráfico de drogas e conflitos de poder seriam evitados.

As moradias e os locais de comércio da Ocupação da Silva Pedroza coexistem enquanto estruturas edificadas com os elementos remanescentes das edificações da antiga fábrica, como muros internos de pintura branca, vigas metálicas e a torre de caixa d'água. Esses vestígios arquitetônicos, integrados às novas construções, criam um contraste visual entre o passado industrial e o presente residencial, servindo como lembretes silenciosos de um passado fabril. A torre da caixa d'água, em particular, destaca-se, icônica, mantendo viva a conexão dos moradores com o legado industrial, como destacado por Tomás, um dos entrevistados. Segundo Halbwachs (1990 [1950]), a memória coletiva também se ancora em referências materiais, como a arquitetura, que resistem às mudanças sociais. Na Ocupação Pedroza, os remanescentes espaciais não apenas evocam o passado fabril, mas também atuam como marcos que ajudam a preservar e transmitir a memória operária.

Figura 4 - Ocupação da Silva Pedroza a partir da Avenida Pastor Martin Luther King. Fonte: Google Street View, 2023. Intervenção: Pinto, 2024.



## Considerações finais – possibilidades – ocupar é girar a memória da cidade

A transmissão da memória operária relacionada à antiga fábrica Silva Pedroza revela-se como uma forma de memória subterrânea (Pollak, 1989). Essas memórias, muitas vezes marginalizadas em discursos oficiais que privilegiam o progresso econômico ou a história das elites, resistem ao silenciamento e são mantidas em processos e práticas informais e seu compartilhamento entre gerações. Embora nem todos os atuais habitantes se engajem plenamente nas narrativas sobre os tempos fabris, a partilha dessas histórias por aqueles com vivências diretas ou indiretas assume um papel fundamental. Essas memórias, fragmentadas e subterrâneas, não apenas preservam a história da fábrica e da ocupação autoconstruída, mas também ajudam na luta e resistência para permanecer habitando os mesmos territórios suburbanos vivenciados, e consolidar um senso de pertencimento e identidade.

Pode-se argumentar que as políticas públicas para o patrimônio procuram estabelecer identidades, definindo passados, construindo memórias e projetos coletivos. Compreender os processos de patrimonialização - ou suas ausências - se coloca como um posicionamento importante para se pensar nas disputas e negociações pelas cidades. As resoluções destas disputas acabam se materializando em certo *fato urbano* (Rossi, 1998 [1966]), que podem resultar em políticas efetivas que produzem parte da cidade e suas identidades a partir da concepção de planos urbanísticos, projetos urbanos e imaginários coletivos sobre o território.

Como camada da cidade, o legado patrimonial e seu cuidado refletem o modo como compreendemos a memória que queremos. Ancorando-se nos mecanismos de produção da memória coletiva, pode-se acompanhar, para além das políticas, seus reflexos na sociedade e no ambiente construído. Enquanto narrativa de um passado e um projeto coletivo, problematizar o patrimônio cultural é entrar na disputa pela definição não só da memória da cidade, mas do direito pela cidade.

No estudo realizado ficou evidente que a discussão sobre a habitação e o patrimônio aquece o debate sobre a memória e a disputa territorial, levando a se pensar no ambiente construído como uma potência no complexo devir de lembrar e esquecer. Refletir sobre os processos de ocupação e a organização das memórias coletivas na cidade possibilita pensar contraposições, conflitos e tensões. Como já alertava Halbwachs (1990 [1950]), o ambiente construído é uma poderosa ferramenta na organização de determinados quadros mentais que favorecem a lembrança. Inspirando-se em Holston (2013), pode-se pensar também como um dos resultados dos processos de autoconstrução em antigos espaços fabris, a efetivação de uma *memória insurgente* que desafia a hegemonia à semelhança da *memória subterrânea*. A noção de memória insurgente permite revelar diferentes formas de ocupar as cidades e as desigualdades e complexificar as tradicionais noções de cidadania e cidade, calcadas na ideia de universalidade política e de acesso a direitos.

As contradições do mundo contemporâneo se verificam, como aponta Lefebvre (1991 [1974]), através da capacidade de se mostrar fissuras que podem ser potencializadas por meio de uma vivência e de uma apropriação do espaço na ordem planejada e programada da cidade. Nas ocupações autoconstruídas há uma vocação para a unificação de interesses no encontro de lutas fragmentadas que trazem uma potência de transformação política (Kowarick, 2017 [2000]). Dessa maneira, encontrar mecanismos para viabilizar formas alternativas de morar nas ocupações autoconstruídas não só fortalece o resgate da memória fabril, mas é um direcionamento para reivindicar a *função social da propriedade*, garantida pela Constituição Federal de 1988 e reafirmada pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), como meio de apoiar políticas públicas de democratização do acesso ao solo urbano nas cidades.

## Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.
- ALBERNAZ, Maria Paula. Remanescentes industriais suburbanos: potência transformadora do legado desenvolvimentista latino-americano. *Cadernos Metrópole*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 62, p. 1-20, 2025.
- ALBERNAZ, Maria Paula; ALVES, Marina Louzada; PINTO, Gabriele de Oliveira. Remanescentes Industriais Reconvertidos em Habitação: Novas marcas dos territórios suburbanos. In: *Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Encruzilhadas – convergências e dispersões*. Anais...Rio de Janeiro (RJ) FAU/UFRJ, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/enanparq8/852292>. Acesso em: 13 mai. 2025.
- ALVES, Marina Louzada. *Reconversão de Remanescentes Industriais em Condomínios Verticalizados: a produção de um novo subúrbio ferroviário carioca*. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. (Org.). *Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ARAÚJO, Fábio; DAVIES, Frank Andrew. (Org.). *Rio a oeste: modos de habitar e fazer a cidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.
- ARRUDA, Renato Fonseca. *Patrimônio Cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação*. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- BERNARDES, Lysia M.C.; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. Rio de Janeiro: Secr. Munic. de Cultura; Dep. Geral de Doc. Inf. Cultural, 1990.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FASESP, 2017. 7v.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 21 fev. 2025.
- CARNEIRO, Sandra de Sá. Coletivos Suburbanos cariocas: cultura, estigmas e políticas de resistência. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; MATTOSO, Rafael. (Org.) *Subúrbios do Rio de Janeiro: territórios plurais*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023. p. 97-136.
- CARNEIRO, Sandra de Sá; MATTOSO, Rafael. (Org.). *Subúrbios: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.



CID, Gabriel da Silva Vidal. Patrimônio Cultural, memória e cidadania na região de Madureira. In: DOMINGUES, João; PRAGMÁCIO, Mário. (Org.). *Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p. 101-118.

CID, Gabriel da Silva Vidal. Usos da memória e atores coletivos em disputa pela cidade: o Estádio do Maracanã, o Museu das Remoções e o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural. In: HEYMANN, Luciana; CHUVA, Márcia; LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (Org.). *Patrimônio como direito*. ed.1. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2024. p. 65-78.

CID, Gabriel da Silva Vidal; PEIXOTO, Fabio Costa; PIO, Leopoldo Guilherme (Org.). Dossiê: Subúrbios e Periferias: atores, projetos e territórios na organização de memórias coletivas do espaço urbano. *Em Tese*, Florianópolis, v. 20 n. 02, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/98762/55499>. Acesso em: 14 mai. 2025.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega; OLIVEIRA, Márcio Piñon. (Org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ; EdUFF, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2002 [1996].

GUIMARÃES, Roberta Sampaio; DAVIES, Frank Andrew. Alegorias e deslocamentos do 'subúrbio carioca' nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). *Revista Sociologia e Antropologia*, n. 8, p. 457-482, 2018.

LAVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, Igualdade e diferença. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 59, p. 75-93, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 [1950].

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Censo demográfico: 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de População. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso em: 21 fev. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Censo demográfico: 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de População. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=769>. Acesso em: 21 fev. 2025.

INSTITUTO PÓLIS. *O que é direito à cidade?* São Paulo, 2020. Especiais. Online. Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 09 set. 2023.

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. *Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Cambridge: Wiley-Blackwell Publishers, 1991 [1974].

LIMA, André Luiz da Silva. O Estado que produz a informalidade: os casos dos conjuntos habitacionais de Manguinhos no âmbito do PAC-Favelas. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, n. 42, p. 311-336, 2018.

MOTTA, Lia. *Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré*. 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PINTO, Gabriele de Oliveira. *Remanescentes Industriais nos Subúrbios Ferroviários do Rio de Janeiro: Um Estudo sobre a Ocupação Autoconstruída para Habitação e a Memória Operária*. 2024. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.midiатеca.fau.ufrj.br/?p=projetos&id=2838&busca=%Gabriele%Pinto%&pg=1>. Acesso em: 25 jan. 2025.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009 [2006].

RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROCHA, Daniella Guedes. *Da Favela ao Conjunto: a trajetória da CCPL entre o abandono, a remoção e a urbanização*. 2016. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1966].

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 97-105, 1996. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Patrimônio Industrial. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. (Org.) *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2020. Cap. 29, p. 233-236.

SANTOS, Joaquim Justino dos; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa. (Org.). *Diálogos suburbanos: identidade e lugares na construção da cidade*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.



SILVA, Heitor Ney Mathias da. *As ruínas da cidade industrial: resistência e apropriação social do lugar*. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SLATER, David. Latin America and the Challenge to Imperial Reason: A Commentary on Arturo Escobar's Paper. *Cultural Studies*, Londres, v. 3, n. 25, p. 450-458, 2010.

SOLIMANO, Andrés. Economic Growth under Alternative Development Strategies: Latin America from the 1940s to the 1990s. In: CORICELLI, Fabrizio; MATTEO, Massimo di; HAHN, Frank. (Org.). *New Theories in Growth and Development*. Londres: Palgrave Macmillan, 1998. Cap. 11, p. 270-291.

TEIXEIRA, Dora Nathália de Oliveira. Vazios urbanos na Avenida Brasil: Ocupação para fins de habitação nas ruínas fabris. *E-metropolis*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 56-63, 2021. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/047/original/emetropolis45.pdf?1631296692](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/047/original/emetropolis45.pdf?1631296692). Acesso em: 22 fev. 2025.

TONIATTI, Mario Francisco. *Migração Rural-Urbana no Estado do Ceará: suas causas*. 1976. Tese (Mestrado em Economia ao Curso de Mestrado em Economia) - CAEN, Universidade Federal do Ceará.

WAGNER, F. E., WARD, J. O. Urbanization and Migration in Brazil. *The American Journal of Economics and Sociology*, v. 39, n. 3, p.249-259, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3486104>. Acesso em: 12 mai. 2025.